CHECK LIST – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS – Tecnologia da Informação

Tipo de Licitação:						
Período da Auditoria						
Contratada						
IN Nº 4, DE 11/09/2014						
ITEM	SIM	NÃO	RESSALVAS	Verificação de necessidades reais da UFFS/Alinhadas ao PDTI ou outro/Conformidade com a IN 04/2014 da SLTI	FUNDAMENTAÇÃO JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÕES
1				A estimativa de preços da contratação supera R\$ 80.000,00? (A IN se aplica às contratações superiores à R\$ 80.000,00)	Art. 1º, I	Análise Processual
2				A contratação trata de serviços estratégicos de TI? (A IN não se aplica)	Art. 1º, II	Análise Processual
3				Qual quantidade de soluções de TI como objeto de de contratação? (Deve ser único, exceto projetos;)	Art. 5º, I	Análise Processual
4				O objeto da contratação trata-se de gestão de processos ou gestão de segurança da informação? (não é possível)	Art. 5º, II	Análise Processual
5				O objeto da contratação trata-se de apoio técnico aos processos de planejamento e avaliação da qualidade. (possível desde que sob supervisão de servidores)	Art. 5º, parágrafo único	Análise Processual
6				Em caso positivo para o item anterior, a contratada não poderá ser a mesma que a avalia, mensura ou apoia a fiscalização.	Art. 6º	Análise Processual
7				No edital está prevista a remuneração dos funcionários da contratada?	Art. 7º, II	Análise Processual
8				A execução de serviços escapam o escopo do objeto?	Art. 7º, IV	Análise Processual
9				Houve algum tipo de reembolso de despesas com transporte, hospedagem e outros custos operacionais?	Art. 7º, V	Análise Processual
10				Há previsão em edital de exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna dos fornecedores?	Art.7º, VI	Análise Processual
11				Há em edital com exigência de funcionários capacitados ou certificados, antes da contratação?	Art. 7º, VII	Análise Processual
12				Adotou-se a métrica homem-hora ou equivalente para aferição de esforço, salvo justificativa e vinculação à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos?	Art. 7º, VIII	Análise Processual
13				O contrato prevê contratação por postos de trabalho? Salvo justificativa/	Art. 7º, IX	Análise Processual
14				A licitação é do tipo técnica e preço?	Art. 7º, X	Análise Processual
15				Em caso positivo à questão acima: houve a inclusão de critérios de pontuação técnica que não estejam diretamente relacionados com os requisitos da solução de TI ou que frustraram o caráter competitivo?	Art. 7º, X, a	Análise Processual
16				Em caso positivo à questão 15, fixou-se os fatores de ponderação das propostas técnica e de preço sem justificativa, salvo quando o fator de ponderação for 50% para técnica e 50% para preço?	Art. 7º, X, b	Análise Processual
ITEM	SIM	NÃO	RESSALVAS	Fase 1 – Planejamento		
17				A área requisitante enviou DOD (Documento de Oficialização da Demanda) à área de TI?	Art. 11	Análise Processual
18				O DOD previu a necessidade da contratação, considerou objetivos estratégicos e necessidades da UFFS, e alinhamento ao PDTI?	Art.11, I	Análise Processual
19				O DOD explicitou a motivação e demonstrativo de resultados a serem alcançados?	Art. 11, II	Análise Processual
20				O DOD indicou a fonte de recursos para a contratação?	Art. 11, III	Análise Processual
21				O DOD previu a indicação do integrante requisitante para compor a equipe de planejamento?	Art. 11, IV	Análise Processual
22				Houve avaliação da área de TI quanto ao alinhamento do DOD ao PDTI? (SETI)	Art. 11º §1º	Análise Processual
23				A área de TI indicou o Integrante técnico para a composição da equipe de planejamento? (SETI)	Art. 11º §1º	Análise Processual
24				A área competente decidiu motivadamente sobre o prosseguimento da contratação (PRÓ-REITORIA DO REQUISITANTE/COORDENADOR DA UNIDADE SOLICITANTE)	Art. 11º, §2º,I	Análise Processual
25				A área competente indicou integrante administrativo para compor a equipe de planejamento? (PROAD)	Art. 11º, II	Análise Processual
26				Foi instituída a equipe de planejamento? (PROAD)	Art. 11º, III	Análise Processual

Check List

27			Houve estudo técnico preliminar realizado pelo técnico e requisitante?	Art. 12	Análise Processual
28			O estudo técnico definiu e especificou as necessidades, requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TI, a partir da avaliação do DOD	Art.12, I	Análise Processual
29			No estudo técnico: 1) Houve levantamento de demandas dos potenciais gestores e usuários da Solução de TI? 2) Houve verificações de soluções disponíveis no mercado? 3) Houve análise de projetos similares realizados por outros órgãos públicos?	Art. 12, I, a, b e c	Análise Processual
30			No estudo técnico: a avaliação das soluções atenderam aos requisitos, considerando: 1) a disponibilidade de solução similar em outro órgão? 2) soluções existentes no Portal do Software Público Brasileiro? 3) capacidade de alternativas do mercado (software livre ou público)? 4) observância às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos padrões de interoperabilidade de governo eletrônico, cfe portarias SLTI 5 e 3? 5) a aderência às regulamentações da Infraestrutura de chaves públicas brasileira, conforme a MP 2.200-2, quando houver necessidade de utilização de certificação digital? 6) observância às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais definidas pelo Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos, quando o objetivo da solução abranger a gestão de documentos arquivísticos digitais e não digitais, cfe Resolução do CONARQ n.32? 7) o orçamento estimado .	Art. 12, II, a até g	Análise Processual
31			No estudo técnico, houve análise e comparação entre os custos totais de propriedade das soluções identificadas, levando-se em conta os valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia e manutenção?	Art. 12, III	Análise Processual
32			No estudo técnico , a escolha e justificativa possui: 1) descrição sucinta, precisa, suficiente e clara, com indicação de bens e serviços? 2) alinhamento em relação às necessidades de negócio e aos macrorrequisitos tecnológicos? 3) identificação dos benefícios a serem alcançados com a solução escolhida em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade?	Art. 12, IV	Análise Processual
33			No estudo técnico, a avaliação das necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual, abrange no que couber: 1) infraestrutura tecnológica? 2) infraestrutura elétrica? 3) logística? 4) espaço físico? 5) mobiliário 6) outras?	Art. 12, V	Análise Processual
34			No estudo técnico, houve avaliação dos recursos materiais e humanos necessários à implantação e à manutenção da Solução de TI?	Art. 12, VI	Análise Processual
35			No estudo técnico houve a definição dos mecanismos para continuidade do fornecimento da Solução de TI em eventual interrupção contratual?	Art. 12, VII	Análise Processual
36			No estudo técnico há declaração da viabilidade da contratação?	Art. 12, VIII	Análise Processual
37			O estudo técnico preliminar foi aprovado e assinado pelos integrantes requisitante e técnico da equipe de planejamento, observando-se o art.10? Se esses se negaram, a autoridade competente assinou? (a autoridade competente também deve assinar motivadamente se o valor for superior a R\$ 1,3 milhão	Art. 12, § 1º	Análise Processual
38			A análise de riscos foi elaborada, aprovada e assinada pela equipe de planejamento?	Art. 13 e §2º	Análise Processual
39			A análise de riscos identificou os principais riscos que possam comprometer o sucesso dos processos de contratação e de gestão?	Art. 13, I	Análise Processual
40			A análise de riscos identificou os principais riscos que possam fazer com que a solução de TI não alcance os resultados esperados?	Art. 13, II	Análise Processual
41			A análise de riscos mensurou as probabilidades de ocorrência e dos danos potenciais relacionados a cada risco?	Art. 13, III	Análise Processual
42			A análise de riscos definiu ações de previstas a serem tomadas para reduzir ou eliminar as chances de ocorrência dos eventos relacionado a cada risco?	Art. 13, IV	Análise Processual
43			A análise de riscos definiu as ações de contingência a serem tomadas caso os eventos correspondentes aos riscos se concretizem?	Art. 13, V	Análise Processual
44			A análise de riscos definiu os responsáveis pelas ações de prevenção dos riscos e dos procedimentos de contingência?	Art. 13, VI	Análise Processual
46			O TR ou PB foi elaborado e assinado pela equipe de planejamento (3 servidores)	Art. 14, §6º	Análise Processual
47			O TR ou PB foi aprovado pela autoridade competente?	Art. 14, §6º	Análise Processual
48			O TR ou PB contém a definição do objeto?	Art. 14, I e Art. 15	Análise Processual
49			O TR ou PB possui justificativa e descrição relacionados ao PDTI e os objetivos estratégicos?	Art. 14II e Art. 16, I	Análise Processual

Check List

50			O TR ou PB possui descrição da solução de TI que contém de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, o quantitativo de bens e serviços necessários para sua composição, juntamente com demonstrativo de resultados a serem alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis?	Art. 14II e Art. 16, II	Análise Processual
51			O TR ou PB especifica os requisitos da contratação e define, quando aplicáveis: <u>1) Com competência do integrante requisitante:</u> a) requisitos de negócio, que definem as necessidades e os aspectos funcionais da solução de TI; b) requisitos de capacitação, que definem a necessidade de treinamento, CH e materiais didáticos; c) requisitos legais, que definem as normas com as quais a solução de TI deve ser em conformidade; d) requisitos de manutenção, que independem de configuração tecnológica e que definem a necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa; e) requisitos temporais, que definem datas de entrega da solução de TI; f) requisitos de segurança, juntamente com o integrante técnico e g) requisitos sociais, ambientais e culturais, que definem requisitos que a solução de TI deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente, dentre outros.	Art. 14, III e Art.17	Análise Processual
52			O TR ou PB especifica os requisitos da contratação e define, quando aplicáveis: <u>2) Com competência do integrante técnico:</u> a) requisitos de arquitetura tecnológica, composta de hardware, software, padrões de interoperabilidade, linguagens de programação, interfaces, dentre outros; b) requisitos de projeto e de implementação, que estabelecem o processo de desenvolvimento de software, técnicas, métodos, forma de gestão, de documentação, dentre outros. c) requisitos de implantação, que definem o processo de disponibilização da solução em ambiente de produção, dentre outros; d) requisitos de garantia e manutenção, que definem a forma como será conduzida a manutenção e a comunicação entre as partes envolvidas; e) requisitos de capacitação, que definem o ambiente tecnológico dos treinamentos a serem ministrados, os perfis dos instrutores, dentre outros; f) requisitos que definem a natureza de experiência profissional da equipe que projetará, implementará e implantará a solução de TI e suas formas de comprovação; g) requisitos de formação da equipe que projetará, implementará e implantará a solução de TI, que definem cursos acadêmicos e técnicos, formas de comprovação dessa formação, dentre outros; h) requisitos de metodologia de trabalho; i) requisitos de segurança da informação; j) demais requisitos aplicáveis	Art. 14, III e Art.17	Análise Processual
53			O TR ou PB possui alinhamento entre os requisitos do integrante requisitante e os requisitos do integrante técnico?	Art. 17, parágrafo único	Análise Processual
54			O TR ou PB definiu as responsabilidades da contratante, quando aplicável? E observou-se, quando aplicável: <u>1)</u> Obrigações da contratante, pelo menos: a) nomear gestor e fiscais técnico, administrativo e requisitante quando do encerramento da fase de seleção da contratada? (Art. 18, I, a E Art. 30) b) encaminhamento formal da demanda, por OS ou FB, de acordo com o TR ou PB, com observância aos requisitos dos Art. 19 e Art. 33? c) receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita; d) aplicar à contratada às sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando se tratar de contrato oriundo de Ata de Registro de Preços; e) liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato; f) comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TI; g) definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; h) realizar, no momento da licitação e sempre que possível, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas; exigindo, no caso de fornecimento de bens, a descrição em sua proposta da marca e modelo dos bens ofertados; i) prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração, justificando os casos em que isso não ocorrer.	Art. 18, I,	Análise Processual

Check List

55			<p>O TR ou PB definiu as responsabilidades da contratada, quando aplicável? E observou-se, quando aplicável: 2)</p> <p>Obrigações da contratada, pelo menos:</p> <p>a) indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;</p> <p>b) atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;</p> <p>c) reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;</p> <p>d) propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;</p> <p>e) manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;</p> <p>f) quando especificada, manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;</p> <p>g) manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do contrato, conforme art. 18, inciso I, alínea "g";</p> <p>h) fornecer, sempre que solicitado, amostra para realização de Prova de Conceito para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;</p> <p>e</p> <p>i) ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados, à Administração.</p>	Art. 18, II,	Análise Processual
56			<p>O TR ou PB definiu as responsabilidades do órgão gerenciador da Ata de RP, quando aplicável? E observou-se, quando aplicável: 2)</p> <p>Obrigações do órgão, pelo menos:</p> <p>a) efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;</p> <p>b) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;</p> <p>c) aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;</p> <p>d) autorizar ou não o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação para órgão não participante da Ata de Registro de Preços, desde que prevista no instrumento convocatório, consultando o beneficiário da Ata e verificando as condições de fornecimento, de forma a evitar extrapolações dos limites de produtividade ou de capacidade mínima de fornecimento da Solução;</p> <p>e) definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes, não participantes, contendo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; 2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável, a exemplo de ordem de serviço ou fornecimento de bens, aplicação de sanções administrativas, alteração de item registrado em Ata por modelo equivalente ou superior. 	Art. 18, III,	Análise Processual
57			<p>O TR ou PB definiu as responsabilidades do órgão gerenciador da Ata de RP, quando aplicável? E observou-se, quando aplicável: 3)</p> <p>Obrigações do órgão, pelo menos:</p> <p>f) definir mecanismos de controle de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação, observando, entre outros: 1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;</p> <p>2. regras para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação aos órgãos não participantes, desde que previsto no instrumento convocatório, cujo fornecimento não poderá prejudicar os compromissos já assumidos e as futuras contratações dos órgãos participantes do registro de preços;</p> <p>3. regras para gerenciamento da fila de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela Contratada;</p> <p>4. regras para a substituição da Solução registrada por meio de apostilamento, garantida a realização de Prova de Conceito, observado o disposto no inciso III, alínea "e", item 2 deste artigo e desde que previsto o apostilamento, em função de atualizações tecnológicas existentes no seguimento de informática, na Ata de Registro de Preços; e</p> <p>5. previsão da exigência para realização de diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas.</p>	Art. 18, III,	Análise Processual
58			<p>Modelo de Gestão de Contrato – A equipe de planejamento optou por consolidar as obrigações definidas nos art. 19 e 20 e optou por consolidá-las junto com as obrigações do art. 18?</p>	Art.21	Análise Processual

Check List

59			<p>Em caso negativo à questão acima: o modelo de execução do contrato contemplou as condições necessárias ao fornecimento da solução de TI, observando, quando possível:</p> <p>I - fixação das rotinas de execução, com a definição de processos e procedimentos de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação, envolvendo:</p> <p>a) prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços e locais de entrega, quando aplicáveis;</p> <p>b) documentação mínima exigida, observando modelos adotados pela contratante, padrões de qualidade e completude das informações, a exemplo de modelos de desenvolvimento de software, relatórios de execução de serviço e/ou fornecimento, controles por parte da contratada, ocorrências etc.; e</p> <p>c) papéis e responsabilidades, por parte da contratante e da contratada, quando couber.</p> <p>II - quantificação ou estimativa prévia do volume de serviços demandados ou quantidade de bens a serem fornecidos, para comparação e controle;</p> <p>III - definição de mecanismos formais de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre a contratada e a Administração, adotando-se preferencialmente as Ordens de Serviço ou Fornecedor de Bens;</p> <p>VI - forma de pagamento, que será efetuado em função dos resultados obtidos; e</p> <p>V - elaboração dos seguintes modelos de documentos:</p> <p>a) termo de compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão ou entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada; e</p> <p>b) termo de ciência da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão ou entidade, a ser assinado por todos os empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação.</p>	Art. 19, I a V	Análise Processual
60			<p>Os documentos do inciso V constam como Anexo do Termo de Referência ou Projeto Básico? (Termo de compromisso e termo de ciência da declaração de manutenção e sigilo)</p>	Art.19, V, a e b	Análise Processual
61			<p>Salvo consonância dos Artigos 19 e 20, nas obrigações dispostas no art. 18, na modelo de gestão do contrato as condições para a gestão e fiscalização do contrato de fornecimento da solução de TI, observam, quando possível:</p> <p>I - fixação dos Critérios de Aceitação dos serviços prestados ou bens fornecidos, abrangendo métricas, indicadores e níveis de serviços com os valores mínimos aceitáveis para os principais elementos que compõe a Solução de Tecnologia da Informação;</p> <p>II - procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e nos incisos XXII e XXIII do art. 2º desta IN, abrangendo:</p> <p>a) metodologia, formas de avaliação da qualidade e adequação da Solução de Tecnologia da Informação às especificações funcionais e tecnológicas, observando:</p> <p>1. definição de mecanismos de inspeção e avaliação da Solução, a exemplo de inspeção por amostragem ou total do fornecimento de bens ou da prestação de serviços;</p> <p>2. adoção de ferramentas, computacionais ou não, para implantação e acompanhamento dos indicadores estabelecidos;</p> <p>3. origem e formas de obtenção das informações necessárias à gestão e à fiscalização do contrato, conforme disposto na alínea "b" do inciso I do art. 19 desta IN;</p> <p>4. definição de Listas de Verificação e de roteiros de testes para Subsidiar a ação dos Fiscais do contrato; e 5. garantia de inspeções e diligências, quando aplicáveis, e suas formas de exercício;</p> <p>b) disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de gestão e fiscalização do contrato, inclusive quanto à qualificação técnica e disponibilidade de tempo para aplicação das Listas de Verificação e roteiros de testes;</p> <p>c) demais elementos necessários à elaboração do Plano de Fiscalização, conforme disposto no inciso XVII do art. 2º e inciso II do art. 32 desta IN;</p> <p>III - fixação dos valores e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, que só deverá ocorrer quando a contratada: a) não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos Critérios de Aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou</p> <p>b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;</p> <p>IV - definição clara e detalhada das sanções administrativas, de acordo com os arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666, de 1993, juntamente com o art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, observando:</p> <p>a) vinculação aos termos contratuais;</p> <p>b) proporcionalidade das sanções previstas ao grau do prejuízo causado pelo descumprimento das respectivas obrigações;</p> <p>c) as situações em que advertências ou multas serão aplicadas, com seus percentuais correspondentes, que obedecerão a uma escala gradual para as sanções recorrentes;</p> <p>d) as situações em que o contrato será rescindido por parte da Administração devido ao não atendimento de termos contratuais, da recorrência de aplicação de multas ou outros motivos;</p> <p>e) as situações em que a contratada terá suspensa a participação em licitações e impedimento para contratar com a Administração; e</p> <p>f) as situações em que a contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração, conforme previsto em Lei;</p> <p>V - procedimentos para emissão de nota fiscal e pagamento, descontados os valores primários da aplicação de eventuais glosas ou sanções</p>	Art. 20, I a V	Análise Processual
62			<p>Como apoio à definição dos elementos do Modelo de Gestão do Contrato foi observada a Análise de Riscos, conforme disposto no art. 13 desta IN.</p>	Art. 20, parágrafo único	Análise Processual

Check List

63				A estimativa de preço (Técnico e requisitante) da contratação para elaboração do orçamento detalhado foi realizada pelos integrantes da equipe de planejamento, está composta por preços unitários e fundamentada em pesquisa no mercado, valores oficiais de referência, pesquisas?	Art. 22	Análise Processual
64				A adequação orçamentária e cronograma físico-financeiro (Técnico e requisitante), contém: I - a estimativa do impacto econômico-financeiro no orçamento do órgão ou entidade, com indicação das fontes de recurso; II - cronograma de execução física e financeira, contendo o detalhamento das etapas ou fases da Solução a ser contratada, com os principais serviços ou bens que a compõe, e a previsão de desembolso para cada uma delas.	Art. 23, I e II	Análise Processual
65				A definição do regime de execução do contrato, respeitou o Art. 6º, III, da Lei 8.666/93?	Art. 24	Análise Processual
66				Os critérios de julgamento das propostas (técnico) observam: a) a utilização de critérios correntes no mercado; b) a possibilidade de considerar mais de um atestado relativo ao mesmo quesito de capacidade técnica, quando necessário para a comprovação da aptidão; c) a vedação da indicação de entidade certificadora, exceto nos casos previamente dispostos em normas do governo federal; d) a vedação de pontuação com base em atestados relativos à duração de trabalhos realizados pelo licitante; e) a vedação de pontuação progressiva de mais de um atestado para o mesmo quesito de capacidade técnica; e f) a justificativa dos critérios de pontuação em termos do benefício que trazem para a contratante	Art. 25	Análise Processual
ITEM	SIM	NÃO	RESSALVAS	Observações fase de planejamento		
67				A equipe de planejamento consolidou o estudo técnico preliminar e a análise de riscos?	Art. 9 §1º	Análise Processual
68				Houve execução de todas as etapas do planejamento: instituição da equipe de planejamento, estudo técnico preliminar, análise de riscos e TR ou PB?	Art. 9 §2º	Análise Processual
69				A equipe de planejamento acompanhou, apoiou, todas as atividades das fases de planejamento e seleção?	Art. 10	Análise Processual
70				Existem registros históricos, documentos, pesquisas de preços, e-mails, atas de reunião?	Art. 10 parágrafo único	Análise Processual
ITEM	SIM	NÃO	RESSALVAS	Fase 2 – Seleção do Fornecedor		
71				A modalidade Pregão foi utilizada, preferencialmente na forma eletrônica?	Art.26 e parágrafo único	Análise Processual
72				A área de TI encaminhou o TR ou PB à área de Licitações?	Art. 27	Análise Processual
73				A área de TI, com a participação do integrante técnico: a) analisou as sugestões feitas pela área de licitações e jurídica para o TR ou PB e demais documentos? b) apoiou tecnicamente o pregoeiro na resposta a questionamentos ou impugnações? c) apoiou tecnicamente o pregoeiro na análise e julgamento das propostas e dos recursos apresentados pelos licitantes?	Art.29	Ver se há no processo, via Solicitação de Auditoria com a Superintendência de Compras e com a Secretaria Especial de TI?
ITEM	SIM	NÃO	RESSALVAS	Fase 3 – Gestão do Contrato		
75				Houve a elaboração elaboração do Plano de Inserção da contratada, pelo Gestor do Contrato e pelos Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato, observando o disposto nos arts. 17, 18, 19 e 20 e a proposta vencedora, contemplando, no mínimo: a) o repasse à contratada de conhecimentos necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens; e b) a disponibilização de infraestrutura à contratada, quando couber;	Art. 32, I	Análise Processual
76				Houve a elaboração do Plano de Fiscalização da contratada, pelo Gestor do Contrato e pelos Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato, observando o disposto nos arts. 17, 18, 19 e 20 e a proposta da contratada, contemplando, no mínimo: a) o refinamento dos procedimentos de teste e inspeção detalhados no Modelo de Gestão do contrato, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo; b) configuração e/ou criação de ferramentas, computacionais ou não, para implantação e acompanhamento dos indicadores; e c) refinamento ou elaboração de Listas de Verificação e de roteiros de testes com base nos recursos disponíveis para aplicá-los.	Art. 32, II	Análise Processual

Check List

77				Houve a realização de reunião inicial convocada pelo Gestor do Contrato com a participação dos Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo do Contrato, da contratada e dos demais intervenientes por ele identificados, cuja pauta observará, pelo menos: a) presença do representante legal da contratada, que apresentará o preposto da mesma; b) entrega, por parte da contratada, do termo de compromisso e do termo de ciência, conforme art. 19, inciso V; e c) esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato. Parágrafo único. A critério do Gestor e dos Fiscais do contrato, o Plano de Inserção e o Plano de Fiscalização poderão compor um único documento	Art. 32, III	Análise Processual
78				O encaminhamento formal de demandas ocorreu por OS ou FB ou outro? Contém no mínimo: I - a definição e a especificação dos serviços a serem realizados ou bens a serem fornecidos; II - o volume de serviços a serem realizados ou a quantidade de bens a serem fornecidos segundo as métricas definidas em contrato; III - o cronograma de realização dos serviços ou entrega dos bens, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos; e IV - a identificação dos responsáveis pela solicitação na Área Requisitante da Solução.	Art. 33, I, II e III	Análise Processual
79				O monitoramento da execução observa plano de fiscalização da contratada e o modelo de gestão do contrato?, verificando: I - confecção e assinatura do Termo de Recebimento Provisório, a cargo do Fiscal Técnico do Contrato, quando da entrega do objeto resultante de cada Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens; II - avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das Listas de Verificação e de acordo com os Critérios de Aceitação definidos em contrato, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato; III - identificação de não conformidade com os termos contratuais, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato; IV - verificação de aderência aos termos contratuais, a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato V - verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, a cargo dos Fiscais Administrativo e Técnico do Contrato; VI - encaminhamento das demandas de correção à contratada, a cargo do Gestor do Contrato ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do Contrato; VII - encaminhamento de indicação de glosas e sanções por parte do Gestor do Contrato para a Área Administrativa; VIII - confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo para fins de encaminhamento para pagamento, a cargo do Gestor e do Fiscal Requisitante do Contrato, com base nas informações produzidas nos incisos I a VII deste artigo; IX - autorização para emissão de nota(s) fiscal(is), a ser(em) encaminhada(s) ao preposto da contratada, a cargo do Gestor do Contrato; X - verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento, a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato; XI - verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, a cargo do Fiscal Requisitante do Contrato, com apoio do Fiscal Técnico do Contrato; XII - verificação de manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do contrato, conforme disposto nos arts. 19 e 20, respectivamente, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato; XIII - encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual, a cargo do Gestor do Contrato; e XIV - manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica, a cargo do Gestor do Contrato.	Art. 34, I a XIV	Análise Processual
80				No caso de substituição ou inclusão de empregados por parte da contratada, o preposto entregou termo de ciência assinado pelos novos empregados envolvidos na execução contratual, conforme art. 19, inciso V	Art. 34, parágrafo único	Análise Processual
81				O contrato já foi encerrado ou teve alguma transição contratual?	Art. 35	Análise Processual
82				Em caso positivo à questão anterior observou-se?: I - a manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração; II - a entrega de versões finais dos produtos e da documentação; III - a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da Solução de Tecnologia da Informação; IV - a devolução de recursos; V - a revogação de perfis de acesso; VI - a eliminação de caixas postais; e VII - outras que se apliquem.	Art. 35, I a VII	Análise Processual
83				Para o caso de aditamento contratual, o Gestor do Contrato encaminhou à área administrativa, com pelo menos 60 dias do término do contrato, a documentação explicitando os motivos de tal aditamento?	Art. 36	Análise Processual
84				Houve alguns software resultante dos serviços contratados? Em caso positivo, devem ser catalogados e sempre que aplicável, disponibilizados	Art.37	Análise Processual
85				O contrato já foi prorrogado e é anterior a 02/01/2015 (vigência da IN 4)?	Art. 40	Análise Processual
86				Em caso positivo ajustes foram feitos, justificados?	Art. 40 parágrafo único	Análise Processual
87				Em caso negativo, a prorrogação ultrapassou 12 meses? (período limite)	Art. 40 parágrafo único	Análise Processual
ITEM	SIM	NÃO	RESSALVAS	Pagamentos em consonância com os normativos vigentes – VER TAMBÉM in 02/2008 ARTIGO 36	FUNDAMENTAÇÃO JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÕES

Check List

88			Ordem de serviço ou de fornecimento (verificar com os dados do contrato)	Roteiro item 5.	Análise Processual
89			nota de empenho (Verificar se foi empenhado na despesa correta)	Roteiro item 5.	Análise Processual
90			notas fiscais - Verificar se os valores estão de acordo com o contrato / termo de referência	Roteiro item 5.	Análise Processual
91			termos de recebimento/aceite (Termo provisório-definitivo)	Roteiro item 5.	Análise Processual
92			Liquidação: NS (Nota de Sistema) e NL (Nota de Lançamento). Liquidação realizada sem anexação da NS e NL	Roteiro item 5.	Análise Processual
93			Ordem de pagamento – 1 - Verificar se os dados a nota de empenho são iguais a NF e a OB 2 - da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF; 3- O pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Administração, obedeceu suas fases/cronologia de datas: empenho/liquidação/pagamento?	Roteiro item 5.	Análise Processual
ITEM		RESSALVAS	OBSERVAÇÕES	FUNDAMENTAÇÃO JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÕES
94			O processo de contratação obedeceu as três fases: planejamento, seleção do fornecedor e gestão do contrato?	Art. 8º	Análise Processual

XXXX, XX de XXXX de XXXX

Assinatura e carimbo da equipe de auditoria interna.